



**CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Coordenadoria das Comissões Técnicas

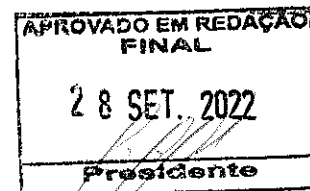
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO FINAL
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 0037/2022.**



*Dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana
(Reurb) no Município de Fortaleza.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:



TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Dos Objetivos Gerais e da Aplicabilidade da Reurb

Art. 1º A presente lei estabelece normas e procedimentos para a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) no Município de Fortaleza, a qual abrange um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à inclusão dos Núcleos Urbanos Informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 2º Constituem objetivos gerais da Reurb, a serem observados pelo Município de Fortaleza:

I — identificar os núcleos urbanos informais a serem regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições econômicas, sociais, jurídicas, urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

II — criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;

III — ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

IV — promover a integração social e a geração de emprego e renda nos núcleos urbanos informais regularizados, com articulações entre iniciativas públicas e privadas;

V — estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;

VI — garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

VII — garantir a efetivação da função social da propriedade urbana;

VIII — ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

IX — concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;

X — prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;

XI — conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;

XII — garantir a participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária, concretizando a gestão democrática da política urbana;

XIII — reduzir o déficit habitacional no Município de Fortaleza, em termos quantitativos e qualitativos, proporcionando o acesso a condições adequadas de moradia às famílias residentes em núcleos urbanos informais;

XIV — garantir a efetivação da justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização, por meio da utilização dos recursos provenientes da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb-E) como fonte de financiamento para o desenvolvimento de projetos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S).

Art. 3º Os núcleos urbanos informais existentes no município de Fortaleza até a data de publicação desta Lei poderão ser objeto de regularização fundiária urbana, desde que obedecidos os critérios fixados nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, além das definições previstas nos arts. 9º e 11 da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, consideram-se:

I — Núcleo Urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, situado em área urbana, constituído por no mínimo 10 (dez) unidades imobiliárias;

II — Núcleo Urbano Informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização, podendo ser comunidade, assentamento precário, loteamento clandestino, vila, conjunto habitacional, entre outros;

III — Núcleo Urbano Informal Consolidado: aquele de difícil e improvável reversão, em razão da sua intrínseca relação com o contexto social e urbanístico do município, existente há pelo menos 05 (cinco) anos, contados da data do requerimento, no qual haja o predomínio de unidades imobiliárias edificadas, com



Coordenadoria das Comissões Técnicas

domicílios em alvenaria, pelo menos com um acesso a uma via de circulação conectada com a malha viária oficial, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município de Fortaleza;

IV — Regularização Fundiária de Interesse Social: regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, considerada aquela em que a renda familiar não ultrapassa três salários mínimos vigentes;

V — Regularização Fundiária de Interesse Específico: regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população que não se enquadra na regularização fundiária de interesse social;

VI — Demarcação Urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a ser promovida a critério do Município;

VII — Projeto de Regularização Fundiária: documento que contempla o conjunto de peças técnicas necessárias à regularização fundiária do núcleo urbano informal, incluindo o diagnóstico das desconformidades jurídicas, urbanísticas e ambientais observadas, a indicação de propostas de soluções para a área e o respectivo projeto urbanístico;

VIII — Infraestrutura Essencial: infraestrutura mínima a ser executada no âmbito da Reurb, podendo ser realizada antes, durante ou após a sua conclusão, condicionada, nos dois últimos casos, à apresentação de termo de compromisso de execução de obras, acompanhado do cronograma físico de serviços, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária;

IX — Projeto Urbanístico: produto técnico elaborado por profissional habilitado, pelo qual é concebida uma intervenção no espaço urbano, podendo aplicar-se tanto ao todo como à parte do território, considerando a situação urbana preexistente do núcleo urbano informal;

X — Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso de constituição de direito real, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

XI — Ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais, a quem se destina a constituição dos direitos reais por meio do processo de regularização fundiária;

XII — Irregularidade do Lote: condição na qual uma porção do terreno, delimitada fisicamente por cercas, muros ou por uma edificação, é ocupada ou parcelada sem a observância das diretrizes e procedimentos previstos na legislação, acarretando inconformidades jurídicas, urbanísticas, ambientais ou sociais que impedem a titulação do ocupante;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

XIII — Irregularidade da Edificação: condição na qual a edificação, mesmo que construída sobre um lote regular, encontra-se em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos previstos na legislação municipal, dando origem a condições inadequadas de habitação, que podem ocasionar prejuízos aos ocupantes e aos demais integrantes do núcleo urbano informal;

XIV — Compensação Urbanística: instrumento que possibilita a regularização do lote ou da edificação irregular mediante pagamento de um preço público a título de indenização ao Município pela inobservância dos índices e parâmetros definidos pela legislação urbanística;

XV — Compensação Ambiental: instrumento que possibilita a regularização do lote ou da edificação irregular mediante pagamento de um preço público a título de indenização ao Município pela ocupação e degradação de uma área de relevância ambiental;

§ 1º Entende-se o Núcleo Urbano Informal como intrinsecamente relacionado com o contexto social e urbanístico do Município quando, a despeito da não oficialidade, há uma percepção geral da existência e perenidade do núcleo urbano, caracterizadas por uma denominação local difundida na municipalidade, pela individualização das unidades imobiliárias por signos distintivos de localização, pela denominação oficial ou usual das vias de circulação, pela presença de equipamentos e serviços públicos ou privados que demonstrem a existência de uma dinâmica socioeconômica própria na comunidade.

§ 2º Para fins de Reurb, o Município poderá dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público, ao tamanho dos lotes regularizados ou a outros parâmetros urbanísticos, de uso e ocupação e edifícios.

§ 3º A caracterização do núcleo urbano prevista no inciso I deste artigo, no que se refere ao número de unidades imobiliárias, poderá ser modificada pelo Município de Fortaleza, por meio de decisão motivada.

§ 4º As definições constantes neste artigo são específicas para a aplicação da Reurb, não sendo permitida a analogia para outras normas urbanísticas do Município de Fortaleza.

Art. 4º A fim de fomentar a efetiva implantação das medidas da Reurb, o Município de Fortaleza poderá celebrar convênios ou outros instrumentos congêneres com a União, o Estado do Ceará, os Cartórios de Registro de Imóveis, o Ministério Público, a Defensoria Pública ou outras entidades e instituições, com vistas a cooperar para a concretização dos objetivos descritos nesta Lei.

Art. 5º Não são passíveis de Reurb as seguintes hipóteses:

I — As unidades imobiliárias localizadas em núcleos urbanos informais situados em áreas indispensáveis à segurança nacional ou de interesse da defesa, assim reconhecidas em decreto do Poder Executivo Federal;

II — As unidades imobiliárias situadas, total ou parcialmente, em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, nas quais não seja possível eliminar, corrigir ou administrar o risco;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

III — As unidades imobiliárias localizadas, total ou parcialmente, na faixa de 15 (quinze) metros ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água que sejam ocupadas por população classificada como Reurb-E;

IV — As unidades imobiliárias inseridas, total ou parcialmente, em área definida como unidade de conservação de proteção integral, criadas pela União, pelo Estado do Ceará ou pelo Município de Fortaleza, na forma indicada na Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 1º Em áreas urbanas tombadas como patrimônio histórico e cultural, a faixa não edificável de que trata o inciso III, poderá ser redefinida de maneira a atender aos parâmetros do ato do tombamento.

§ 2º Constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de unidade de conservação de uso sustentável que, nos termos da Lei Federal n.º 9.985/2000, admita a regularização, a anuência do órgão gestor da unidade será exigida, desde que estudo técnico comprove que essas intervenções de regularização fundiária implicam na melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior.

§ 3º Para que seja aprovada a Reurb de núcleos urbanos informais, ou de parcela deles, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada.

§ 4º Na hipótese do § 3º, é condição indispensável à aprovação da Reurb a implantação prévia das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados.

§ 5º A parte do núcleo urbano não inserida na área de risco ou de proteção ambiental e não afetada pelo estudo técnico poderá ter o seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente.

Art. 6º Em núcleos urbanos informais situados, total ou parcialmente, em Áreas de Preservação Permanente (APP), em Zonas de Preservação Ambiental (ZPA) e em áreas de proteção de mananciais, a Reurb deverá observar o disposto nos art. 64 e art. 65 da Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, e somente será admitida se aprovado estudo técnico que demonstre que as intervenções de regularização fundiária implicam na melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, com a adoção das medidas nele preconizadas, inclusive por meio de compensações ambientais e da emissão de Termo de Ajustamento de Conduta para recuperação das áreas degradadas, caso necessário.

Art. 7º Em núcleos urbanos informais inseridos, total ou parcialmente, em área tombada como patrimônio histórico e/ou cultural pela União, pelo Estado do Ceará ou pelo Município de Fortaleza, a Reurb somente será admitida após a manifestação do órgão técnico responsável pelo tombamento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua notificação, desde que aprovado estudo técnico que demonstre que as intervenções da regularização fundiária não ocasionam a descaracterização do bem.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

Art. 8º Na Reurb, a regularização se destina prioritariamente ao lote ou fração ideal do terreno, devendo o beneficiário, após a conclusão da Reurb, pleitear a regularização da edificação na forma e nos prazos definidos nesta Lei.

§ 1º Para fins de registro, fica facultado ao Município de Fortaleza proceder com a averbação da edificação na matrícula do imóvel objeto de Reurb-S por mera notícia na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), dispensada a expedição de habite-se.

§ 2º A averbação da edificação por mera notícia não substitui a regularização da edificação, que consiste na análise técnica da segurança e das condições de habitabilidade da edificação, nos termos desta Lei.

§ 3º Na hipótese do § 1º, para fins de descrição da edificação, fica facultado ao Município utilizar-se das informações constantes do banco de dados da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), inscritas no *overlay*.

§ 4º Nos conjuntos habitacionais edificados com recursos públicos, o Município de Fortaleza poderá regularizar as edificações conforme o projeto original ou considerando as novas edificações realizadas nos termos do projeto de regularização fundiária.

Art. 9º Serão indeferidos os pedidos que utilizarem o requerimento do Reurb como sucedâneo do procedimento de usucapião e do inventário.

Art. 10. Para fins de Reurb, fica dispensada a desafetação das áreas públicas municipais que integrem o perímetro do núcleo urbano informal objeto de regularização, ocupados até 22 de dezembro de 2016, assim como as seguintes exigências previstas no inciso I do *caput* do art. 17 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e no inciso I do *caput* do art. 76 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I — autorização legislativa para alienação de bens da Administração Pública; e
- II — licitação, na modalidade concorrência ou leilão.

Parágrafo único. Na alienação direta dos bens públicos municipais, será necessária a avaliação prévia para definição do valor a ser cobrado.

Seção II

Dos Legitimados

Art. 11. Poderão requerer a instauração da Reurb no Município de Fortaleza:

I — União, o Estado do Ceará, o Município de Fortaleza, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;

II — os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atuar nas áreas de desenvolvimento urbano ou de regularização fundiária urbana;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

III — os proprietários dos imóveis ou dos terrenos inseridos no núcleo urbano informal objeto da Reurb, os loteadores ou os incorporadores;

IV — a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e

V — o Ministério Público.

§ 1º Os legitimados poderão promover os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro.

§ 2º Nos casos de parcelamento do solo, de conjunto habitacional ou de condomínio informal, empreendidos por particular, a conclusão da Reurb confere direito de regresso àqueles que suportarem os seus custos e obrigações contra os responsáveis pela implantação dos núcleos urbanos informais.

§ 3º O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal.

§ 4º Com o requerimento de instauração da Reurb, as organizações e cooperativas legalmente constituídas, previstas no inciso II deste artigo, deverão apresentar:

I — cópia do estatuto ou ato constitutivo registrado no cartório competente e suas alterações, contendo objetivos sociais compatíveis com a defesa de direitos de pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social;

II — cópia do documento de identificação com foto e CPF do responsável legal da organização ou cooperativa;

III — cópia da última ata de eleição dos atuais dirigentes, ou documento equivalente.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Seção I

Das Modalidades de Reurb

Art. 12. A Reurb compreende as seguintes modalidades:

I — Reurb-S: destinada à regularização fundiária dos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior ao valor correspondente a três salários mínimos vigentes;

II — II - Reurb-E: destinada à regularização fundiária dos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I;

§ 1º Na Reurb, o Município poderá admitir o uso misto de atividades (atividade residencial com atividade não residencial) como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal regularizado.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 2º A classificação da modalidade da Reurb poderá ser feita de forma integral, por partes ou de forma isolada por unidade imobiliária.

§ 3º Considera-se modalidade de ocupação predominante aquela configurada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos ocupantes do respectivo núcleo urbano informal.

§ 4º No mesmo núcleo urbano poderá haver unidades imobiliárias classificadas como Reurb-S ou Reurb-E, independentemente da classificação geral do núcleo.

§ 5º A classificação da modalidade visa à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras da infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

Seção II

Da Reurb-S

Art. 13. São passíveis de Reurb-S os imóveis com uso habitacional inseridos em um núcleo urbano informal existente até a data de publicação desta Lei, ocupados por população caracterizada como baixa renda, cuja renda familiar mensal seja igual ou inferior a três salários mínimos vigentes à época do cadastramento social.

§ 1º As unidades imobiliárias com uso misto, em que coexistem o uso habitacional e o desenvolvimento de atividades econômicas para fins de subsistência, poderão ser regularizadas por meio de Reurb-S, desde que observado o critério de renda previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o cálculo da renda familiar mensal deverá incluir todas as atividades econômicas desenvolvidas pelo núcleo familiar, bem como a atividade de subsistência desenvolvida na unidade imobiliária com uso misto.

§ 3º Poderão ser regularizadas por meio de Reurb-S as unidades imobiliárias em que sejam desenvolvidas atividades comerciais de pequeno porte destinadas à subsistência da família de baixa renda.

§ 4º Na hipótese do § 3º, a regularização fundiária poderá abranger no máximo 01 (um) imóvel de uso residencial e 01 (um) imóvel de uso não residencial pertencentes a um único ocupante em um mesmo núcleo urbano informal.

§ 5º No caso de a família não dispor de meios para comprovar a renda, a comprovação será feita por declaração em formulário próprio acompanhada de manifestação de profissional da área social.

§ 6º O ocupante poderá ser desclassificado de interesse social caso seu patrimônio, inclusive a posse de mais de um imóvel, indique que a família não se enquadra em baixa renda, independente da comprovação de renda, cabendo recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 7º A família em que a renda superar os três salários mínimos poderá ser enquadrada em baixa renda no caso de coabitação, considerando para este fim o núcleo familiar ou geracional.



Art. 14. São isentos de custas e emolumentos os atos necessários ao registro da Reurb-S definidos na Lei Federal 6.015 de 31 de dezembro de 1973, na Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017 e no Decreto Federal n.º 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 15. No núcleo urbano informal classificado como Reurb-S, caberá ao Município a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de regularização fundiária, bem como implementar, diretamente ou por meio da administração pública indireta, a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstas nos projetos de regularização fundiária.

Parágrafo único. Fica facultado aos legitimados promover, a suas expensas, os projetos e os demais documentos técnicos necessários à regularização do núcleo urbano informal classificado como Reurb-S, podendo inclusive custear a implantação da infraestrutura essencial prevista no projeto de regularização fundiária.

Art. 16. Na Reurb-S que envolva áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, que não comportem eliminação, correção ou administração na forma dos §§ 3º e 4º do art. 5º desta Lei, o Município deverá proceder à realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado.

§ 1º Os ocupantes do núcleo urbano informal situados nas áreas de risco definidas no *caput* deste artigo terão prioridade de atendimento pela política habitacional do Município de Fortaleza e, salvo em situação de risco iminente, somente serão retirados do núcleo após sua inserção em programa de aluguel social ou realocação em uma unidade habitacional correspondente.

§ 2º Na Reurb-S situada em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a realocação dos ocupantes de que trata o *caput* deste artigo deverá ser comunicada ao Conselho Gestor da ZEIS ou, no caso de inexistência, ao Fórum das ZEIS e ao Conselho Municipal de Habitação Popular – COMHAP, sendo garantida a participação da comunidade na solução adotada pelo Município.

§ 3º Na hipótese a que se refere este artigo, se o risco se der em área privada, o Município de Fortaleza poderá ser ressarcido dos custos com a realocação pelos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal.

Art. 17. Na Reurb-S promovida sobre bem público, o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários poderão ser feitos em ato único, a critério do Município de Fortaleza.

§ 1º Nos casos previstos no *caput* deste artigo, serão encaminhados ao cartório o instrumento indicativo do direito real constituído, a listagem dos ocupantes que serão beneficiados pela Reurb e respectivas qualificações, com indicação das respectivas unidades, ficando dispensadas a apresentação de título cartorial individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação de cada beneficiário.

§ 2º A qualificação dos beneficiários a que se refere o § 1º será constituída de:

I — nome completo;

II — estado civil; e



Coordenadoria das Comissões Técnicas

III — número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

§ 3º Poderá haver mais de um instrumento indicativo do direito real constituído em um núcleo urbano informal e caberá ao Poder Público titular do domínio indicar a qual direito real cada beneficiário faz jus.

§ 4º O procedimento previsto neste artigo poderá ser aplicado no todo ou em parte do núcleo urbano informal e as unidades que não se enquadrarem neste artigo poderão ser tituladas individualmente.

§ 5º A listagem dos ocupantes e o instrumento indicativo do direito real constituído, previstos no § 1º, poderão ser encaminhados ao cartório de registro de imóveis em momento posterior ao registro da CRF.

Seção III

Da Reurb-E

Art. 18. São passíveis de Reurb-E as unidades imobiliárias de uso habitacional ocupadas por população não qualificada como baixa renda, na forma do art. 13, e aquelas de uso não habitacional, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei.

Art. 19. Ressalvados os casos em que forem ocupados por população de baixa renda, podem ainda ser classificados como passíveis de Reurb-E os núcleos urbanos compostos por:

I — Edifícios irregulares, caracterizados como aqueles nos quais, em decorrência de inconformidades fundiárias, não foi possível realizar a titulação dos ocupantes;

II — Loteamentos clandestinos, compreendidos como aqueles cuja aprovação não foi efetuada perante o Município de Fortaleza, ainda que registrados perante o Cartório de Registro de Imóveis;

III — Loteamentos irregulares, compreendidos como aqueles aprovados pelo Município, mas não implantados conforme diretrizes indicadas no processo de aprovação.

Art. 20. No núcleo urbano informal classificado como Reurb-E, a regularização fundiária será integralmente custeada pelos seus potenciais beneficiários ou requerentes privados, cabendo-lhes a responsabilidade pela elaboração e custeio do projeto de regularização fundiária e pela implantação da infraestrutura essencial, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Na Reurb-E sobre áreas públicas, se houver interesse público, o Município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos beneficiários.

Art. 21. Na Reurb-E de núcleos urbanos informais caracterizados por loteamentos irregulares ou clandestinos, sendo possível identificar o responsável pela irregularidade, o Poder Executivo Municipal deve exigir dele a regularização fundiária



Coordenadoria das Comissões Técnicas

e a implantação das obras de infraestrutura essencial previstas no projeto de regularização fundiária.

Parágrafo único. Em caso de inércia do responsável pela irregularidade, poderá o Município de Fortaleza proceder a regularização fundiária e a implementar as obras de infraestrutura essencial, com a posterior cobrança dos respectivos custos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis pelas infrações urbanísticas, edilícias e ambientais existentes no núcleo urbano informal.

Art. 22. Em loteamentos irregulares ou clandestinos, a regularização de núcleos urbanos informais não implica no reconhecimento pelo Poder Público Municipal de quaisquer obrigações assumidas pelo seu responsável junto aos adquirentes das unidades imobiliárias.

Art. 23. Na Reurb-E que envolva áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, que não comportem eliminação, correção ou administração, a realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado será providenciada pelo titular de domínio, pelos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, pelos beneficiários ou pelo legitimado requerente da Reurb.

Art. 24. Na Reurb-E promovida sobre bem público municipal, se houver solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do valor justo da unidade imobiliária regularizada, ocasião em que não serão considerados o valor das acessões e benfeitorias feitas pelo ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

Parágrafo único. As áreas de propriedade do Poder Público registradas no cartório de registro de imóveis que sejam objeto de ação judicial que verse sobre a sua titularidade poderão ser objeto de Reurb-E, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma estabelecida nesta Lei e na Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 25. A promoção da Reurb-E é compulsória e deverá ser promovida e custeada por seus legitimados.

§ 1º Não requerida a Reurb-E, poderá o Município com a identificação do responsável pela formação do núcleo urbano informal classificado como Reurb-E, de seus ocupantes ou da associação que os congregue, expedir notificação para que qualquer um destes promova a Reurb, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º Não iniciada a Reurb-E no prazo acima e demonstrado interesse público, o Município poderá promovê-la, devendo o custeio do projeto de regularização fundiária, assim como, o estudo técnico ambiental e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessários, serem objeto de cobrança em face dos beneficiários, a ser reajustado monetariamente entre as datas de seus dispêndios e a data de seu pagamento, além de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano incidente no mesmo período.



§ 3º A inércia dos qualificados para a promoção compulsória da Reurb-E, no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, poderá implicar na aplicação das sanções devidas pelas infrações urbanísticas, edilícias e ambientais existentes no núcleo urbano informal, inclusive indenização por tais danos, na forma da Lei, independentemente de estar sendo promovida pelo Município.

§ 4º A conclusão da Reurb-E promovida pelos seus legitimados proponentes dentro do prazo de até 2 (dois) anos do protocolo de seu pedido ensejará a remissão dos créditos inscritos ou não em dívida ativa, resultantes da aplicação de penalidades pecuniárias pelo não atendimento da notificação, nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º O simples requerimento solicitando o início do processo de Reurb-E, sem a apresentação da documentação pertinente e dos projetos necessários, não afastará a responsabilidade prevista no *caput* deste artigo e nem a incidência das penalidades previstas pelas infrações existentes.

Art. 26. As unidades imobiliárias não edificadas ou desocupadas inseridas no perímetro do núcleo urbano informal, que tenham sido comercializadas a qualquer título, poderão ser regularizadas na modalidade de interesse específico.

Seção IV

Da Reurb-E em imóveis públicos ocupados por entidades religiosas, entidades sem fins lucrativos de caráter social e sociedades cooperativas

Art. 27. A regularização fundiária das unidades imobiliárias não residenciais, situadas em núcleos urbanos informais, pertencentes a entidades religiosas, entidades sem fins lucrativos de caráter social e sociedades cooperativas será feita por meio da Reurb-E, observadas as especificidades definidas nesta seção, quando ocorrerem em bem público.

Parágrafo único A alienação direta somente será possível para as entidades que tenham se instalado até a data de 22 de dezembro de 2016.

Art. 28. Para solicitar a regularização das unidades imobiliárias, as entidades de que trata o artigo anterior, quando intimadas do processamento da Reurb, deverão apresentar requerimento à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), acompanhado dos seguintes documentos:

- I — Ato constitutivo ou estatuto social em vigor, devidamente registrado;
- II — A ata de eleição, contendo a relação e qualificação dos dirigentes, e instrumento comprobatório de representação legal, quando for o caso, ou documento similar das entidades religiosas que apontem seu representante legal;
- III — Cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante da entidade;
- IV — Comprovação de ocupação da área até a data de publicação desta Lei, podendo ser utilizados como meio de prova faturas das concessionárias de serviços públicos, dos serviços de telefonia ou internet, notificação extrajudicial ou judicial, correspondência entregue pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS), ou outros documentos que possam ou não ter fé pública, mas que



Coordenadoria das Comissões Técnicas

demonstrem de forma inequívoca a efetiva ocupação do imóvel até a data de publicação desta Lei;

V — Certidão de ônus do imóvel, se houver.

Art. 29. Recebida a documentação pertinente, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) realizará a análise preliminar do requerimento, contemplando os seguintes aspectos:

I — exame de conformidade dos documentos apresentados pela entidade requerente e do seu enquadramento nos requisitos para a regularização fundiária de que trata esta seção;

II — verificação da linha do tempo da ocupação e da sua localização em bem público municipal por meio da base de dados georreferenciados do Município;

III — realização de vistoria *in loco* na unidade imobiliária ocupada, atestando o funcionamento de atividades religiosas ou sociais no local.

§ 1º Após a análise preliminar, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) emitirá parecer manifestando-se sobre o fato da entidade requerente ter se instalado em imóvel público municipal até a data de publicação desta Lei e estar efetivamente desenvolvendo atividades no local.

§ 2º Verificada a ausência ou incongruência de quaisquer documentos listados no art. 28 desta Lei Complementar, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) poderá notificar a entidade requerente, por meio eletrônico, para sanar os eventuais vícios, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a começar no dia útil posterior ao da notificação, com a devida ciência da entidade requerente, sob pena de arquivamento do feito.

Art. 30. Emitido parecer positivo sobre as situações indicadas no § 1º do art. 29, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) prosseguirá com a análise e processamento da regularização, verificando a existência de algum ônus ou concessão de direito real de uso averbados na matrícula do imóvel e de débitos ou ações judiciais da entidade requerente em face do Município de Fortaleza.

§ 1º Quando necessário, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) notificará a entidade requerente para que solucione eventuais pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, sob pena de arquivamento.

§ 2º Caso verificada a existência de ações judiciais que versem sobre a titularidade do domínio do imóvel ocupado pela entidade requerente, o prosseguimento da regularização fundiária ficará condicionado à solução da questão jurídica.

Art. 31. A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) deverá informar sobre o requerimento e o preenchimento das condições à Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), que deverá emitir parecer acerca da disponibilidade do bem público para fins de regularização, no prazo de 30 (trinta) dias.



Art. 32. A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) encaminhará o processo para a Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF), que realizará vistoria específica para fins de avaliação e determinação do justo valor do imóvel ocupado.

Art. 33. Concluída a avaliação, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) convocará a entidade, preferencialmente por meio eletrônico, para conhecer os valores da avaliação do imóvel e, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, optar pela aquisição da propriedade do imóvel ou pela concessão do direito real de uso.

Art. 34. Ao optar pela alienação direta, a entidade requerente deverá realizar o pagamento do justo valor definido pela Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF) e apresentar perante a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) a documentação necessária para a lavratura do contrato de compra e venda.

§ 1º Para fins de alienação direta, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a) documentação oficial que comprove sua existência legal, acompanhada de certidões comprobatórias de eleição dos administradores registradas no(s) órgão(s) competente(s);

b) certidão de distribuição de falências e concordatas do TJCE e da comarca onde for a sede da entidade, quando diferir;

c) certidão conjunta da Receita Federal do Brasil em nome da entidade;

d) certidão de regularidade fiscal perante a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará e a Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza (SEFIN);

e) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT); e

f) quando se tratar de entidade de assistência social, o documento de certificação desta condição expedido pelo(s) órgão(s) competente(s).

Art. 35. O pagamento do valor correspondente ao bem poderá ser à vista ou de forma parcelada em até 240 (duzentos e quarenta) meses, sem obrigatoriedade de entrada, com a incidência de correção monetária anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), oportunidade em que serão recalculadas as prestações mensais.

Parágrafo único. Em caso de pagamento parcelado, o negócio jurídico será formalizado por meio de promessa de compra e venda, a ser registrada em Cartório, com a transferência definitiva do bem apenas após a quitação integral do valor devido.

Art. 36. A concessão de direito real de uso (CDRU) pode ser realizada a título gratuito ou oneroso, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, e em ambos os casos deve ser firmada por escritura pública e posteriormente registrada na matrícula do imóvel.



§ 1º A concessão gratuita ocorrerá quando a entidade comprovar que, no imóvel a ser concedido, presta serviços ou executa programas e projetos de atenção, de forma gratuita, continuada, permanente e planejada, às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas portadores de deficiência física, aos dependentes químicos ou demais pessoas que comprovadamente vivam em situação de risco ou vulnerabilidade social; ou, ainda, que realizem atividades religiosas, devendo apresentar, no que couber, a mesma documentação descrita no § 1º do art. 34 desta Lei.

§ 2º Em caso de concessão onerosa, a entidade deverá pagar uma contrapartida mensal que terá como limite de cobrança o percentual de até 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor de avaliação do imóvel.

§ 3º A entidade beneficiária da CDRU deverá apresentar um Plano de Atividades Sociais e/ou Religiosas contendo as atividades e ações que serão desenvolvidas como forma de contraprestação, ficando condicionada à sua aprovação pelo órgão municipal responsável pela área de atuação da entidade.

§ 4º O Município de Fortaleza, por meio de procedimento administrativo prévio que garanta o contraditório e a ampla defesa, poderá, a qualquer momento, pôr fim à concessão se a entidade concessionária deixar de pagar as parcelas mensais ou de manter a destinação para a qual foi concedido o direito real de uso do imóvel, sem que o beneficiário tenha direito a qualquer indenização.

§ 5º A qualquer momento durante o prazo da concessão, a entidade requerente poderá optar pela aquisição da propriedade do imóvel, mediante o pagamento do justo valor, de forma à vista ou parcelada, porém, sem direito a abater do valor de compra as quantias pagas a título de contraprestação pela concessão de direito real de uso.

Seção V

Da Coexistência de Modalidades de Reurb

Art. 37. No mesmo núcleo urbano informal poderá haver as duas modalidades de Reurb, ocasião em que as responsabilidades serão repartidas na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. A parcela do núcleo urbano informal ocupada predominantemente por população de baixa renda será regularizada por meio de Reurb-S.

Art. 38. Em um núcleo urbano classificado como Reurb-S, as unidades imobiliárias identificadas como Reurb-E serão destacadas quando do registro da regularização fundiária, devendo seus beneficiários arcar proporcionalmente com os custos da regularização fundiária, da infraestrutura implementada pelo Poder Público, com as compensações urbanísticas e ambientais porventura existentes e com os demais custos relacionados aos atos de registro e titulação do imóvel.

Parágrafo único. Quando a unidade imobiliária de que trata o *caput* deste artigo estiver situada em bem público municipal, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do valor justo da unidade imobiliária regularizada.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

Art. 39. Na hipótese prevista no art. 38, faculta-se ao ocupante identificado e classificado como beneficiário da Reurb-E elaborar e custear o projeto de regularização fundiária, contemplando todas as unidades imobiliárias integrantes do núcleo urbano informal.

Art. 40. Em um núcleo urbano informal predominantemente ocupado por Reurb-E no qual estejam inseridas unidades imobiliárias identificadas como Reurb-S, caberá aos beneficiários identificados como Reurb-E a responsabilidade pela elaboração e custeio do projeto de regularização fundiária e pela implantação da infraestrutura essencial.

Art. 41. Na hipótese prevista no art. 40, as unidades imobiliárias identificadas como Reurb-S serão destacadas quando do registro da regularização fundiária para que tenham garantidas a isenção de custas e emolumentos nos atos de registro e titulação do imóvel.

Art. 42. Os ocupantes identificados e classificados como beneficiários da Reurb-E, responsáveis pela implantação da infraestrutura na hipótese prevista nos arts. 39 e 40 desta Lei, poderão ser compensados proporcionalmente pelos benefícios obtidos pela população de baixa renda residente no núcleo urbano informal, por meio de descontos no pagamento de medidas compensatórias devidas ao Município de Fortaleza.

Seção VI

Do preço público

Art. 43. Configura preço público o justo valor da unidade imobiliária devido pelo particular para aquisição de direitos reais sobre bem público municipal objeto de Reurb-E, a ser apurado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF).

Parágrafo único. Na apuração do justo valor, não serão considerados o valor das acessões e benfeitorias realizadas pelo ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

Art. 44. O valor do preço público devido para aquisição de direitos reais sobre bem público municipal objeto de Reurb-E será pago em pecúnia, à vista ou a prazo.

§ 1º Nos pagamentos à vista será conferido um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do preço público.

§ 2º No caso de pagamento em pecúnia, independentemente da renda familiar, o valor da aquisição poderá ser dividido em até 240 (duzentas e quarenta) parcelas mensais e consecutivas, mediante entrada de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor da avaliação, desde que a parcela mensal não seja inferior a 10% (dez por cento) da renda familiar.

§ 3º Em caso de parcelamento, na forma do § 2º, as parcelas mensais sofrerão correção monetária a cada 06 (seis) meses por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), oportunidade em que serão recalculadas as prestações restantes.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

Art. 45. A titulação da unidade imobiliária objeto de regularização fundiária fica condicionada à apresentação da quitação integral do preço público.

§ 1º Em caso de parcelamento, quando da quitação do valor da entrada, será registrada promessa de compra e venda, que acarretará a transferência da propriedade após a quitação da totalidade do valor devido.

§ 2º Em caso de parcelamento, a forma de pagamento, a quantidade de parcelas mensais e sucessivas, o valor devido pelo particular e o índice de correção monetária previsto no § 3º do art. 44, deverão constar em contrato subscrito por duas testemunhas, com força de título executivo extrajudicial, devendo estar averbado na matrícula do imóvel regularizado.

§ 3º Os valores referentes aos débitos acima especificados, não quitados na forma definida no contrato, poderão ser incluídos em dívida ativa, tornando-se passível de execução pela Procuradoria-Geral do Município.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 46. São instrumentos jurídicos da Reurb, a serem utilizados pelo Poder Público Municipal, de acordo com a situação específica de cada núcleo urbano informal:

I — a legitimação fundiária e a legitimação de posse, nos termos da Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, e do Decreto n.º 9.310, de 14 de março de 2018;

II — o usucapião, nos termos do art. 1.238 ao art. 1.244 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, do art. 9º ao art. 14 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, e do art. 216-A da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei do Registro Público;

III — a desapropriação em favor dos possuidores, nos termos dos § 4º e § 5º do art. 1.228 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil;

IV — a arrecadação de bem vago, nos termos do art. 1.276 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e do art. 250 da Lei Complementar n.º 062, de 13 de março de 2009 - Plano Diretor Participativo de Fortaleza;

V — o consórcio imobiliário, nos termos do art. 46 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade e nos art. 232 a 235 da Lei Complementar n.º 062, de 13 de março de 2009 – Plano Diretor Participativo de Fortaleza;

VI — a desapropriação por interesse social, nos termos do inciso IV do *caput* do art. 2º da Lei n.º 4.132, de 10 de setembro de 1962;

VII — o direito de preempção, nos termos do inciso I do *caput* do art. 26 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

VIII — a transferência do direito de construir, nos termos do inciso III do *caput* do art. 35 da Lei n.º 10.257, de 2001 - Estatuto da Cidade e dos art. 224 a 231 da Lei Complementar n.º 062, de 13 de março de 2009 - Plano Diretor Participativo de Fortaleza;

IX — a requisição, em caso de perigo público iminente, nos termos do § 3º do art. 1.228 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil;

X — a intervenção do Poder Público em parcelamento clandestino ou irregular, nos termos do art. 40 da Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

XI — a alienação de imóvel pela administração pública diretamente para o seu detentor, nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso I do *caput* do art. 76 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

XII — a concessão de uso especial para fins de moradia, na forma do art. 77 da Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017;

XIII — a concessão de direito real de uso, prevista no Decreto-Lei n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967;

XIV — a doação;

XV — a compra e venda;

XVI — o condomínio de lotes a que se refere o Capítulo VI da Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017;

XVII — o condomínio urbano simples a que se refere o Capítulo VIII da Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017;

XVIII — o direito de laje, previsto nos arts. 1.510-A e seguintes do Código Civil;

XIX — direito de superfície, previsto no art. 1.369 ao art. 1.377 do Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil;

XX — a autorização de uso, prevista na Medida Provisória n.º 2.220, de 04 de setembro de 2001;

XXI — as zonas especiais de interesse social.

Parágrafo único Na Reurb, poderão ser utilizados mais de um dos instrumentos previstos neste artigo, bem como outros não listados no rol.

Seção II

Da Legitimação Fundiária

Art. 47. A legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 1º A legitimação fundiária é o instrumento prioritário a ser reconhecido pelo Município de Fortaleza àqueles que, no âmbito da Reurb-S em núcleos urbanos informais consolidados constituídos sobre área pública, particular ou mista, atenderem os seguintes requisitos:

I — o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário exclusivo de imóvel urbano ou rural;

II — o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto;

III — o beneficiário não tenha sido contemplado com CUEM ou CDRU de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto;

IV — em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse público de sua ocupação.

§ 2º O instrumento da legitimação fundiária não se aplica aos ocupantes classificados como Reurb-E que estejam situados em imóveis públicos.

§ 3º Por meio da legitimação fundiária, em quaisquer das modalidades da Reurb, o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado.

§ 4º Deverão ser transportadas as inscrições, as indisponibilidades ou os gravames existentes no registro da área maior originária para as matrículas das unidades imobiliárias que não houverem sido adquiridas por legitimação fundiária.

§ 5º Nos casos previstos neste artigo, o poder público encaminhará a CRF para registro imediato da aquisição de propriedade, dispensados a apresentação de título individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação do beneficiário, o projeto de regularização fundiária aprovado, a listagem dos ocupantes e sua devida qualificação e a identificação das áreas que ocupam.

§ 6º Poderá o poder público atribuir domínio adquirido por legitimação fundiária aos ocupantes que não tenham constado da listagem inicial, mediante cadastramento complementar, sem prejuízo dos direitos de quem haja constatado na listagem inicial.

§ 7º Não sendo possível a aplicação da legitimação fundiária, pelo não atendimento de quaisquer dos requisitos previstos no neste artigo, poderá o Município utilizar os demais instrumentos previstos no art. 46.

§ 8º Quando se tratar de um único imóvel remanescente situado em núcleo urbano informal para o qual tenha sido anteriormente emitida CRF, o Município poderá reconhecer a legitimação fundiária por título individual.

Seção III

Da Venda Direta



Art. 48. Fica autorizada a alienação de bens imóveis pertencentes ao Município de Fortaleza e às entidades da Administração Indireta vinculadas, inseridos na poligonal da Reurb, dispensados os procedimentos exigidos pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do art. 98 da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, ou as que venham a substituí-las, desde que:

I — a ocupação seja anterior a 22 de dezembro de 2016;

II — o ocupante esteja em dia com suas obrigações administrativas e tributárias para com o Município de Fortaleza ou perante as entidades da Administração Indireta vinculadas, conforme o caso.

Parágrafo único. Para fins da comprovação da data da ocupação, conforme inciso I do *caput*, admite-se a contagem de tempo de ocupações anteriores, desde que demonstrada a continuidade da cadeia de ocupação até o atual ocupante.

Art. 49. Caberá à Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF) realizar a avaliação dos imóveis de que trata o art. 48, utilizando-se dos métodos previstos na NBR 14653, norma técnica aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre avaliação de bens, ou outra que lhe suceder.

Art. 50. Poderão ser regularizados mediante venda direta, para um mesmo ocupante, até dois imóveis, sendo um residencial e um não residencial.

Art. 51. Serão utilizados como instrumentos para formalizar a operação o contrato de compra e venda, conforme art. 15, inciso XV, da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, e a promessa de compra e venda, prevista nos arts. 1.417 e 1.418 do Código Civil.

Parágrafo único. O instrumento contratual será assinado somente após a publicação da Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

Art. 52. O pagamento do valor fixado para o(s) imóvel(eis) poderá ser realizado na forma do art. 44.

§ 1º Em caso de pagamento parcelado, o negócio jurídico será formalizado por meio de promessa de compra e venda, a ser registrada em Cartório, com a transferência definitiva do bem apenas após a quitação integral do valor devido.

§ 2º O saldo devedor do contrato será corrigido mensalmente na data da assinatura do instrumento, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 3º Em caso de atraso, o valor da obrigação será atualizado monetariamente aplicando-se o índice de atualização do saldo devedor do contrato, proporcional e diariamente, da data de vencimento, inclusive, até a do pagamento, exclusive, acrescida dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e da multa moratória de 2% (dois por cento).

§ 4º O ocupante devedor que deixar em atraso o pagamento de 3 (três) ou mais parcelas será notificado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional



Coordenadoria das Comissões Técnicas

(HABITAFOR) para pagamento das parcelas em atraso, sob pena de serem adotadas as medidas judiciais cabíveis.

Art. 53. Fica facultado ao ocupante devedor a liquidação antecipada do saldo devedor, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice que vier a substituí-lo, no período entre a data correspondente ao vencimento do encargo ou a da última atualização contratual do saldo devedor, se já ocorrida, e a data do evento.

§ 1º Poderá o devedor adimplente amortizar a dívida, desde que o valor a ser amortizado corresponda a, no mínimo, 10 (dez) prestações vigentes, para redução do valor dos encargos ou do prazo do contrato, sendo o abatimento do valor a ser amortizado precedido da cobrança de juros remuneratórios previsto nesta Lei.

§ 2º No caso de amortização do saldo devedor, o novo valor das prestações não poderá ficar abaixo de 10% (dez por cento) da renda familiar.

§ 3º Na apuração do saldo devedor, para qualquer evento, serão aplicados, para a atualização do valor, os critérios de cálculo e os índices constantes do *caput* deste artigo.

Art. 54. Na data de vencimento do último encargo mensal, eventual saldo devedor residual deverá ser pago pelo devedor.

Art. 55. A transferência de propriedade aos ocupantes somente se dará após o registro do contrato de compra e venda do imóvel no cartório de registro de imóveis.

Parágrafo único. Fica expressamente vedado aos ocupantes devedores dos imóveis de que trata esta Lei realizar qualquer tipo de transferência da titularidade contratual antes da quitação integral do contrato, sob pena de rescisão contratual e de retomada do imóvel.

Art. 56. Os tributos, emolumentos e as custas referentes aos atos registrares objeto da alienação direta de que trata esta seção, na modalidade de interesse específico, ficarão exclusivamente à cargo do beneficiário titular do contrato, nos termos da Lei Federal n.º 13.465, de 2017.

Parágrafo único O ocupante deverá, em até 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da CRF, apresentar, à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), o instrumento contratual devidamente registrado, sob pena de rescisão, salvo impossibilidade devidamente justificada.

Seção IV

Da Legitimação de Posse

Art. 57. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma desta Lei.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 1º A legitimação de posse poderá ser transferida por *causa mortis* ou por ato *inter vivos*.

§ 2º A legitimação de posse não se aplica aos imóveis urbanos situados em área de titularidade do poder público.

Art. 58. Sem prejuízo dos direitos decorrentes do exercício da posse mansa e pacífica no tempo, aquele em cujo favor for expedido título de legitimação de posse, decorrido o prazo de cinco anos de seu registro, terá a conversão automática dele em título de propriedade, desde que atendidos os termos e as condições do art. 183 da Constituição Federal, independentemente de prévia provocação ou prática de ato registral.

§ 1º Nos casos não contemplados pelo art. 183 da Constituição Federal, o título de legitimação de posse poderá ser convertido em título de propriedade, desde que satisfeitos os requisitos de usucapião estabelecidos na legislação em vigor, a requerimento do interessado, perante o registro de imóveis competente.

§ 2º A legitimação de posse, após convertida em propriedade, constitui forma originária de aquisição de direito real, de modo que a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada restará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio beneficiário.

Art. 59. O título de legitimação de posse poderá ser cancelado pelo poder público emitente quando constatado que as condições estipuladas nesta Lei deixaram de ser satisfeitas, sem que seja devida qualquer indenização àquele que irregularmente se beneficiou do instrumento.

Seção V

Da Concessão de Uso Especial para Moradia (CUEM) e da Da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU)

Art. 60. Aos beneficiários da Reurb que estejam ocupando imóveis públicos municipais em que não seja possível a aplicação do instituto da legitimação fundiária poderão ser concedidas a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) ou a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de bem público municipal, a título gratuito ou oneroso, por meio de termo administrativo próprio.

§ 1º Desde que preenchidos os requisitos presentes nessa Lei, poderá ser concedido a um mesmo beneficiário dupla regularização, por meio de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), sendo um imóvel destinado para a finalidade residencial e outro para fins comerciais.

§ 2º Não serão beneficiados pelos títulos ou direitos estabelecidos na presente Seção:

I — pessoas já contempladas com regularização fundiária de imóveis de programas habitacionais executados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, excetuados os casos previstos no § 1º deste artigo;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

II — detentores de imóveis obtidos através de programas de financiamento ativo do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou a esse assemelhado, em qualquer parte do país;

III — proprietário de outro imóvel, urbano ou rural.

§ 3º O Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) pode ser utilizado tanto para a titulação de imóveis com fins residenciais como comerciais, enquanto que a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) somente se destina para a titularização de imóveis cuja destinação fática seja predominantemente utilizada para moradia do beneficiário.

§ 4º Ao bem imóvel sobre o qual recai a Concessão de Direito Real de Uso — CDRU e a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia — CUEM, não poderá ser dada outra destinação, senão aquela estabelecida no Termo de Concessão, sob pena de imediato cancelamento da Concessão.

Art. 61. Fica facultado ao Município assegurar o exercício do direito de que trata o art. 60 desta Lei em outro local, quando se tratar de bem imóvel:

I — de uso comum do povo;

II — destinado a projeto de urbanização;

III — de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;

IV — situado em via pública ou faixa de alargamento.

Art. 62. A titularidade do Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) será preferencialmente feminina.

Art. 63. A titularização da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) deverá ter sua concessão e o seu cancelamento registrados na matrícula do imóvel.

§ 1º O Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM), quando destinado a programa ou projeto de regularização fundiária ou de habitação de interesse social, é título hábil a ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis, conforme o art. 221, inciso V, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 2º Para fins de outorga da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM), fica dispensado o procedimento licitatório nos termos do art. 17, inciso I, alíneas "f" e "h" da Lei de Licitações n.º 8.666/1993.

Art. 64. O termo administrativo de concessão, a ser firmado entre o concessionário e o Município, deverá, necessariamente, conter os encargos e obrigações relativos à Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) e Concessão de Direito Real de Uso (CDRU):



Coordenadoria das Comissões Técnicas

I — obrigação do concessionário tomar posse no imóvel concedido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Termo de Concessão, sob pena de resolução;

II — obrigação do concessionário de não alterar a destinação do imóvel, durante o prazo que estiver sendo utilizado, a não ser que haja interesse público, econômico e social, relevantes, reconhecidos pelo Poder Público Municipal, o qual deverá ser precedido de requerimento específico junto a ser analisado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR);

III — obrigação do concessionário de responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da instalação, uso, manutenção, água, luz e telefone, bem como os tributos municipais, estaduais e federais incidentes na área concedida;

IV — obrigação do concessionário de manter o imóvel em segurança, trazendo-o o bem em boas condições de higiene e limpeza e em bom estado de conservação, caso seja determinado sua restituição, pelo Poder Público Municipal, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão incorporadas, desde logo, ao bem;

V — obrigação do concessionário de não repassar, transferir, sublocar, ceder ou emprestar o seu objeto sob qualquer pretexto, sem autorização do Município; ou por igual ou semelhante forma alterar o fim a que se destina o objeto da presente Concessão de Direito Real de Uso ou Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, não constituindo assentimento o decurso do tempo, por si só, ou a demora do Município em reprimir a infração.

Parágrafo único. Outros encargos poderão ser estabelecidos no Termo de Concessão a depender da situação fática da unidade imobiliária a ser regularizada.

Art. 65. O direito de Concessão de Direito Real de Uso e de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia é transferível por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, mediante prévia e expressa autorização da Administração Municipal, sob pena de nulidade do ato.

Art. 66. A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de que trata esta Lei será gratuita quando o concessionário:

I — tenha renda individual ou familiar de até 3 (três) salários mínimos mensais;

II — a área ocupada deverá ser igual ou inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

III — não tenha sido beneficiário por outro programa habitacional público ou privado;

IV — não seja proprietário de outro imóvel, urbano ou rural;

V — comprometa-se a utilizar o imóvel, preponderantemente, com a finalidade no qual foi concedido.

§ 1º Os imóveis utilizados para fins comerciais e que possam ser titularizados em função das previsões atinentes à presente Lei deverão possuir atividades



compatíveis com as demais disposições legais vigentes, concernentes à exploração pretendida pelo beneficiário.

§ 2º Em caso de CDRU onerosa ficarão estabelecidos os percentuais de 0,15% até 0,3% mensal, a incidir sobre o valor do imóvel a título de remuneração.

Art. 67. Será facultada ao legítimo ocupante, havendo interesse da Administração Pública Municipal, a opção de compra do imóvel, cujo direito deverá ser exercido a qualquer tempo, no prazo de vigência do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra, inclusive de forma parcelada em até 240 (duzentos e quarenta vezes) meses.

§ 1º O valor do imóvel, tanto na concessão de direito real quanto na compra, será, atualizado no dia 1º de janeiro de cada ano, tomando-se por base a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), até 31 de dezembro do ano anterior.

§ 2º Na hipótese de extinção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o mesmo será substituído na seguinte ordem: INPC, IGP-M, IGP-DI e IPC (FIPE).

Art. 68. Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 69. Nos imóveis de que trata o art. 68, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupados, até a data de publicação desta Lei, por população de baixa renda, para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 2º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a duzentos e cinquenta metros quadrados.

Art. 70. No caso de a ocupação acarretar risco à vida ou à saúde dos ocupantes, o Poder Público garantirá ao possuidor o exercício do direito de que trata o art. 60 em outro local.

Art. 71. Resolver-se-á a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM), quando ocorrer 1 (uma) das hipóteses seguintes:

I — abandono do imóvel por mais de 90 (noventa) dias, após a efetiva ocupação do concessionário;

II — nos casos de desvio de finalidade do imóvel identificado no termo de concessão, sem anuência expressa da concedente;

III — quando, em tempo obrigatoriamente fixado no termo, o concessionário não houver dado à área a destinação prevista;

IV — quando ocorrer descumprimento de cláusula prevista no Termo Administrativo de Concessão;

V — inadimplência, por mais de 04 (quatro) parcelas consecutivas ou 06 (seis) parcelas alternadas, nos casos em que a concessão for onerosa.

VI — findo o prazo estipulado no Termo de Concessão, independentemente de notificação ou aviso.

§ 1º Nos casos no inciso I deste artigo, a Prefeitura Municipal de Fortaleza poderá, mediante procedimento administrativo, retomar a posse direta do imóvel abandonado, notificando o concessionário, inclusive por edital, e abrindo prazo não inferior a 15 (quinze) dias para apresentação de defesa, a contar do momento da efetiva notificação ou publicação.

§ 2º Nos demais casos de resolução da concessão, a concedente notificará e abrirá prazo não inferior a 15 (quinze) dias para que o concessionário ou aquele que estiver no usufruto do imóvel apresente defesa administrativa ou purgue a mora.

§ 3º Resolvida a concessão, o imóvel concedido nos termos desta Lei, bem como as benfeitorias porventura realizadas no imóvel no prazo da concessão, reverter-se-ão ao patrimônio do Município, sem que assista ao Concessionário qualquer direito à indenização ou retenção.

§ 4º Faculta-se ao Município retomar o imóvel em caso de interesse público declarado em decreto do Poder Executivo, independente do descumprimento das cláusulas contratuais, cabendo, nesse caso, indenização ao ocupante.

Seção VI

Do Direito de Laje



Coordenadoria das Comissões Técnicas

Art. 72. O proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.

§ 1º O direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, não contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.

§ 2º O titular do direito real de laje responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a sua unidade.

§ 3º Os titulares da laje, unidade imobiliária autônoma constituída em matrícula própria, poderão dela usar, gozar e dispor.

§ 4º A instituição do direito real de laje não implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas.

§ 5º O Município de Fortaleza poderá dispor sobre posturas edilícias e urbanísticas associadas ao direito real de laje.

§ 6º O titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, desde que haja autorização expressa dos titulares da construção-base e das demais lajes, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.

§ 7º A instituição do direito real de laje ocorrerá por meio da abertura de uma matrícula própria no registro de imóveis e por meio da averbação desse fato na matrícula da construção-base e nas matrículas de lajes anteriores, com remissão recíproca.

Art. 73. É expressamente vedado ao titular da laje prejudicar com obras novas ou com falta de reparação a segurança, a linha arquitetônica ou o arranjo estético do edifício, observadas as posturas previstas no Código da Cidade.

Art. 74. Sem prejuízo, no que couber, das normas aplicáveis aos condomínios edilícios, para fins do direito real de laje, as despesas necessárias à conservação e fruição das partes que sirvam a todo o edifício e ao pagamento de serviços de interesse comum serão partilhadas entre o proprietário da construção-base e o titular da laje, na proporção que venha a ser estipulada em contrato.

§ 1º São partes que servem a todo o edifício:

I — os alicerces, colunas, pilares, paredes-mestras e todas as partes restantes que constituam a estrutura do prédio;

II — o telhado ou os terraços de cobertura, ainda que destinados ao uso exclusivo do titular da laje;

III — as instalações gerais de água, esgoto, eletricidade, aquecimento, ar condicionado, gás, comunicações e semelhantes que sirvam a todo o edifício; e

IV — em geral, as coisas que sejam afetadas ao uso de todo o edifício.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 2º É assegurado, em qualquer caso, o direito de qualquer interessado em promover reparações urgentes na construção.

Art. 75. Em caso de alienação de qualquer das unidades sobrepostas, terão direito de preferência, em igualdade de condições com terceiros, os titulares da construção-base e da laje, nessa ordem, que serão cientificados por escrito para que se manifestem no prazo de 30 (trinta) dias, salvo se o contrato dispuser de modo diverso.

§ 1º O titular da construção-base ou da laje a quem não se der conhecimento da alienação poderá, mediante depósito do respectivo preço, haver para si a parte alienada a terceiros, se o requerer no prazo decadencial de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de alienação.

§ 2º Se houver mais de uma laje, terá preferência, sucessivamente, o titular das lajes ascendentes e o titular das lajes descendentes, assegurada a prioridade para a laje mais próxima à unidade sobreposta a ser alienada.

Art. 76. A ruína da construção-base implica extinção do direito real de laje, salvo:

I — se este tiver sido instituído sobre o subsolo;

II — se a construção-base não for reconstruída no prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta o direito a eventual reparação civil contra o culpado pela ruína.

Art. 77. Quando um mesmo imóvel contiver construções de casas ou cômodos, poderá ser instituído, para fins de Reurb, condomínio urbano simples, respeitados os parâmetros urbanísticos locais, e serão discriminadas, na matrícula, a parte do terreno ocupada pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si.

Parágrafo único. O condomínio urbano simples será regido por esta Lei, aplicando-se, no que couber, o disposto na legislação do Código Civil e na Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 78. A instituição do condomínio urbano simples será registrada na matrícula do respectivo imóvel, na qual deverão ser identificadas as partes comuns ao nível do solo, as partes comuns internas à edificação, se houver, e as respectivas unidades autônomas, dispensada a apresentação de convenção de condomínio.

§ 1º Após o registro da instituição do condomínio urbano simples, deverá ser aberta uma matrícula para cada unidade autônoma, à qual caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do solo e das outras partes comuns, se houver, representada na forma de percentual.

§ 2º As unidades autônomas constituídas em matrícula própria poderão ser alienadas e gravadas livremente por seus titulares.

§ 3º Nenhuma unidade autônoma poderá ser privada de acesso ao logradouro público.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 4º A gestão das partes comuns será feita de comum acordo entre os condôminos, podendo ser formalizada por meio de instrumento particular.

Art. 79. No caso da Reurb-S, a averbação das edificações poderá ser efetivada a partir de mera notícia, a requerimento do interessado, da qual conste a área construída e o número da unidade imobiliária, dispensada a apresentação de habite-se e de certidões negativas de tributos e contribuições previdenciárias.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 80. A Reurb será objeto de processo administrativo próprio, de iniciativa de quaisquer legitimados elencados no art. 11 desta Lei, obedecidas as disposições constantes deste Capítulo.

Art. 81. Compete ao Município de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), a instauração, a classificação e a aprovação da REURB, bem como a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. O Município de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) poderá instaurar de ofício a Reurb, quando houver interesse na regularização de núcleos urbanos informais.

Art. 82. A Reurb obedecerá às seguintes fases:

- I — Requerimento de instauração da Reurb pelos legitimados;
- II — Análise preliminar;
- III — Instauração e Classificação da Reurb;
- IV — Processamento administrativo da Reurb;
- V — Análise de Orientação Prévia (AOP);
- VI — Elaboração do projeto de regularização fundiária;
- VII — Aprovação ou indeferimento do projeto de regularização fundiária;
- VIII — Emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF);

IX — Registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o Cartório de Registro de Imóveis competente;

X — Despacho declarando o cumprimento do Termo de Compromisso de Execução de Obras, quando houver, acompanhado de laudo de vistoria.



§ 1º Na incidência de Reurb em Áreas de Preservação Permanente (APP), em Zona de Preservação Ambiental (ZPA) e em áreas de proteção de mananciais, a Análise de Orientação Prévia (AOP), de que trata o inciso V, indicará a existência de área com características ambientais e disporá sobre os requisitos mínimos para o estudo técnico-ambiental.

§ 2º A elaboração do projeto de regularização fundiária é obrigatória para qualquer Reurb, independentemente do instrumento que tenha sido utilizado para a titulação, exceto:

I — na hipótese das glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuírem registro, desde que o parcelamento esteja implantado e integrado à cidade, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 13.465, 11 de julho de 2017;

II — quando se tratar de núcleos urbanos já regularizados e registrados em que a titulação de seus ocupantes se encontre pendente.

Seção II

Das Notificações

Art. 83. As notificações dirigidas ao legitimado requerente serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º São deveres do legitimado informar seu endereço eletrônico, no requerimento de instauração da Reurb, e manter seus dados cadastrais atualizados ao longo de todo o procedimento.

§ 2º Frustrada a notificação por meio eletrônico, o Município poderá notificar o legitimado requerente por carta, com aviso de recebimento, ou de forma pessoal, por meio de servidores públicos ou prestadores de serviços terceirizados devidamente designados para tanto.

Art. 84. A notificação do proprietário, loteador, confinante, responsável pela implantação do núcleo ou terceiro interessado será realizada preferencialmente por via postal, com aviso de recebimento.

§ 1º Frustrada a notificação por correio, o Município poderá notificar as pessoas descritas no *caput* de forma pessoal, por meio de servidores públicos ou prestadores de serviços terceirizados devidamente designados para tanto.

§ 2º Em caso de recusa ao recebimento da notificação ou de não ser localizada a pessoa a ser notificada, a notificação será feita por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação.

Seção III

Do Requerimento de Instauração da Reurb

Art. 85. Os pedidos de instauração da Reurb deverão ser protocolizados por meio de requerimento formal à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), acompanhado da documentação indicada nesta Lei.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 1º Em Reurb-E, o legitimado requerente deverá pagar a taxa de serviços para análise da Reurb pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR).

§ 2º Em Reurb-S, não haverá necessidade de pagamento da taxa de serviços mencionada no § 1º.

Art. 86. Para fins de análise do requerimento de Reurb, os legitimados deverão identificar o núcleo urbano informal e apresentar a seguinte documentação:

I — Formulário do requerimento de Reurb, devidamente preenchido;

II — Descrição sintética da localização e do perímetro do núcleo urbano informal, acompanhada de croqui e/ou imagens de satélite de Fortaleza demonstrando o perímetro do núcleo urbano e sua localização dentro do Município;

III — Declaração contendo um breve histórico do núcleo urbano informal, detalhando informações sobre o surgimento, o processo de consolidação, a situação atual, os usos predominantes do solo urbano, a quantidade de unidades habitacionais, a infraestrutura urbana e os equipamentos públicos existentes, a indicação de problemas ambientais e áreas de risco previamente identificadas e a modalidade de Reurb pretendida;

IV — Elementos que indiquem a data de início da ocupação, tais como contratos, comprovantes de endereço, projetos aprovados pela municipalidade, imagens de satélite ou qualquer outra documentação pertinente;

V — Fotos do núcleo urbano, demonstrando o sistema viário, as edificações existentes, os equipamentos e serviços públicos disponíveis e as demais particularidades da área;

VI — Indicação de eventuais proprietários conhecidos do núcleo urbano e dos seus confrontantes;

VII — Cópia de certidão da matrícula ou transcrição do imóvel objeto da análise, devidamente atualizada, ou de certidão negativa dos cartórios, quando o imóvel não possuir matrícula;

§ 1º A documentação indicada nos incisos III a VII do *caput* deste artigo poderá ser dispensada para núcleos urbanos informais classificados como Reurb-S, ocasião em que será providenciada pelo Município de Fortaleza.

§ 2º Se após a análise preliminar da Reurb for constatado que o núcleo urbano informal de que trata o parágrafo anterior não detém características de Reurb-S, o legitimado será notificado para complementar a documentação dispensada.

Art. 87. O requerimento de instauração da Reurb ou a manifestação de interesse nesse sentido por parte de qualquer dos legitimados garante perante o Poder Público aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a serem regularizados a permanência em suas respectivas unidades imobiliárias, preservando-se as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento, excetuadas eventuais remoções necessárias à implantação de infraestrutura essencial e/ou obras complementares de urbanização.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

do núcleo urbano informal, desde que tecnicamente justificada no projeto de regularização fundiária.

§ 1º A Procuradoria-Geral do Município (PGM) deverá ser comunicada da existência do requerimento, para que adote as providências cabíveis em relação a eventuais ações judiciais em curso.

§ 2º A Defensoria Pública do Estado do Ceará e o Ministério Público do Estado do Ceará deverão ser comunicados da instauração de procedimento administrativo de Reurb - S, podendo obter vistas dos autos, caso requerido.

Seção IV

Da Análise Preliminar

Art. 88. A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) procederá ao juízo de admissibilidade do requerimento, mediante a análise preliminar do preenchimento dos requisitos mínimos previstos na seção anterior, exigidos para instauração do procedimento administrativo de regularização fundiária.

§ 1º Identificada a ausência dos elementos mínimos, a Secretaria expedirá notificação ao legitimado requerente, preferencialmente por meio eletrônico, solicitando a complementação do requerimento no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º O não atendimento à notificação acarretará o imediato arquivamento do feito, dando-se baixa no processo respectivo.

Art. 89. Considerando as características e o histórico da consolidação do núcleo urbano informal, os custos com a implantação da infraestrutura essencial e o interesse público, o Município poderá modificar a poligonal proposta pelo legitimado requerente, por meio de decisão motivada.

§ 1º Para verificar a necessidade de modificação da poligonal da Reurb, poderão ser utilizadas a análise cartográfica e a visita *in loco*, quando necessárias.

§ 2º Para fins de definição da poligonal da Reurb, a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) e a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) deverão ser consultadas, emitindo parecer favorável ou solicitando sua modificação para incluir bens públicos municipais ou outras áreas de interesse do Município para regularização, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º Constatada a necessidade de ampliação ou redução da poligonal, o legitimado requerente será notificado por meio eletrônico informado no ato de requerimento.

Art. 90. Concluída a análise da admissibilidade, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) notificará o legitimado requerente, preferencialmente por meio eletrônico, dando-lhe ciência da decisão de admissibilidade ou não do requerimento da Reurb.

§ 1º Sendo admitido o requerimento, a notificação de que trata o *caput* deste artigo convocará o legitimado requerente para apresentar a seguinte documentação, em prazo a ser definido pelo Município, de acordo com o porte do núcleo



Coordenadoria das Comissões Técnicas

I — Levantamento Planialtimétrico e Cadastral georreferenciado da área;

II — Planta do perímetro do núcleo urbano com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas;

III — Memorial descritivo da área, memorial dos lotes, memorial das áreas públicas inclusive do sistema viário, se houver;

IV — Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental.

§ 2º Os documentos técnicos indicados no § 1º deste artigo poderão ser dispensados para núcleos urbanos informais classificados como Reurb-S, ocasião em que serão elaborados pelo Município de Fortaleza.

§ 3º Na Reurb-E, compete ao requerente legitimado apresentar a documentação indicada no § 1º, acompanhadas da devida responsabilidade técnica, as quais serão analisadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR).

§ 4º Admitida a instauração da Reurb-S, os legitimados requerentes deverão aguardar a inclusão do núcleo no planejamento orçamentário do Município de Fortaleza, quando não apresentarem todos os elementos técnicos necessários à execução ou quando não assumirem o custo da implantação da infraestrutura essencial.

§ 5º Não sendo admitido o requerimento, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) deverá expedir decisão fundamentada, indicando os motivos do indeferimento, de forma a permitir, quando possível, a correção dos vícios e apresentação de novo requerimento pelo legitimado.

Seção V

Da instauração e classificação da Reurb

Art. 91. O Município de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), deverá decidir de maneira fundamentada pela instauração da Reurb, fixando no prazo de 180 (cento e oitenta) dias uma das modalidades para o núcleo urbano informal objeto de regularização fundiária.

§ 1º Na Reurb requerida pela União ou pelos Estados, a classificação prevista no *caput* deste artigo será de responsabilidade do ente federativo instaurador.

§ 2º O prazo de que trata o *caput* deste artigo será contado da data de requerimento da Reurb, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, em decisão fundamentada.

§ 3º A inércia do Município de Fortaleza implicará a fixação automática da modalidade de classificação da Reurb indicada pelo legitimado em seu requerimento e o prosseguimento do procedimento administrativo de análise da Reurb, sem prejuízo de futura revisão da classificação, mediante estudo técnico que a justifique.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 4º O requerente será notificado da decisão, preferencialmente por meio eletrônico, e poderá recorrer no prazo de 15 (quinze) dias perante a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR).

Art. 92. Não havendo elementos de convicção suficientes para a determinação da modalidade de Reurb indicada para o núcleo urbano informal, será aplicada pesquisa de cadastramento social por amostragem ou vistoria *in loco*, para subsidiar a decisão.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), caso necessário, poderá notificar o legitimado proponente da Reurb para complementação ou correção dos documentos juntados.

Art. 93. A classificação da modalidade de Reurb visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação da infraestrutura essencial, bem como pelos custos de implementação da Reurb, e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

Art. 94. Concluída a análise e classificação da Reurb, será instaurada a regularização fundiária por meio de Portaria, a ser publicada no Diário Oficial do Município, na qual será indicada a classificação da modalidade da Reurb predominante no núcleo urbano informal.

§ 1º A instauração da Reurb será comunicada ao legitimado requerente preferencialmente por meio eletrônico informado no requerimento, na qual constará orientação sobre as etapas seguintes para a regularização fundiária do núcleo urbano.

§ 2º Estando o núcleo urbano informal inserido, total ou parcialmente, em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com Conselho Gestor devidamente empossado, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) comunicará ao Conselho Gestor da instauração da Reurb.

§ 3º O Conselho Gestor das ZEIS poderá participar de todas as etapas da Reurb.

§ 4º Não havendo Conselho Gestor serão formadas instâncias participativas para acompanhamento das etapas da Reurb, sem prejuízo das medidas previstas no art. 99 desta Lei.

Seção VI

Do Processamento Administrativo da Reurb

Art. 95. Caberá à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) notificar os titulares de domínio; o loteador, quando identificado; os confrontantes; e os terceiros eventualmente interessados para, se desejarem, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º Caso algum dos imóveis atingidos ou confinantes não esteja matriculado ou transcrito na serventia, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) realizará diligências junto às serventias anteriormente competentes,



Coordenadoria das Comissões Técnicas

por meio da apresentação da planta do perímetro regularizado, a fim de que a sua situação jurídica atual seja verificada, caso possível.

§ 2º A notificação será feita preferencialmente, por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar no processo administrativo, na matrícula ou transcrição, ou na base cadastral municipal, considerando-se efetuada quando comprovada a entrega em quaisquer desses endereços.

§ 3º A notificação conterá a advertência de que a ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito de que o notificado possua sobre o imóvel objeto da Reurb.

§ 4º A ausência de impugnação dos indicados neste artigo será interpretada como concordância com o processo da Reurb.

§ 5º Somente será admitida impugnação fundamentada, subscrita por legítimo interessado com sua completa identificação, qualificação, indicação de meio eletrônico para recebimento de notificações e comprovação de domicílio.

§ 6º Considera-se infundada a impugnação que:

I — não indicar, de forma plausível, onde e de que forma a Reurb avança na propriedade do impugnante;

II — não apresentar motivação, ainda que sumária;

III — versar sobre matéria estranha ao procedimento da Reurb em andamento.

§ 7º O Poder Público Municipal poderá rejeitar de plano a impugnação infundada, dando continuidade ao procedimento.

§ 8º A impugnação fundada poderá ser indeferida por decisão fundamentada, prosseguindo a Reurb caso não seja apresentado recurso pelo impugnante no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação, por meio eletrônico, da decisão de rejeição.

§ 9º Na hipótese de interposição de recurso, o impugnante apresentará as suas razões e, caso seja mantida a decisão de rejeição da impugnação, o processo administrativo será encaminhado à Procuradoria-Geral do Município, que distribuirá para as Câmaras de Prevenção e Resolução de Conflitos da Administração Pública municipal para instaurar o procedimento extrajudicial de composição de conflitos, nos termos da Lei Complementar n. 320, de 27 de dezembro de 2021.

§ 10º O Município de Fortaleza poderá promover alterações na poligonal do núcleo urbano em decorrência do acolhimento, total ou parcial, das impugnações apresentadas na forma deste artigo.

§ 11º Apresentada a impugnação apenas em relação a parte da área objeto da Reurb, é facultado o prosseguimento com a Reurb em relação à parcela não impugnada.

§ 12º Na Reurb-E, compete ao requerente legitimado fornecer as certidões que comprovem a titularidade de domínio da área, providenciar o levantamento topográfico georreferenciado e apresentar o memorial descritivo da área e a planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração, quando possível, das matrículas ou



das transcrições atingidas, que terão sua veracidade analisada, sendo estas peças acompanhadas da devida responsabilidade técnica.

§ 13º Fica dispensado o disposto neste artigo, caso adotados os procedimentos da demarcação urbanística.

Seção VII

Da resolução extrajudicial de conflitos no procedimento de Reurb

Art. 96. Em caso de conflitos em procedimento de Reurb, será adotada prioritariamente a resolução extrajudicial por meio das Câmaras de Prevenção e Resolução de Conflitos da Administração Pública Municipal, regulamentadas pela Lei Complementar Municipal nº 320, de 27 de dezembro de 2021, no âmbito da Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º O impugnante deverá informar ao Município de Fortaleza, no ato de impugnação, a eventual existência de demanda judicial de que seja parte e que verse sobre direitos reais ou possessórios relativos ao imóvel abrangido pela Reurb, oportunidade em que a Procuradoria-Geral do Município comunicará ao juízo a existência do procedimento de regularização de que trata esta Lei, solicitando a suspensão do processo judicial pelo prazo de conclusão da Reurb.

§ 2º Para subsidiar o procedimento de que trata o *caput* deste artigo, será feito pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) um levantamento de eventuais passivos tributários, ambientais e administrativos associados aos imóveis objeto de impugnação, assim como das posses existentes, com vistas à identificação de casos de prescrição aquisitiva da propriedade.

§ 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da Reurb, com consequente expedição da Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

§ 4º As Câmaras que trata o *caput* poderão instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à Reurb.

Seção VIII

Da Análise de Orientação Prévia

Art. 97. Instaurada a Reurb, o processo será encaminhado para a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), a qual deverá realizar a Análise de Orientação Prévia (AOP) para elaboração do projeto urbanístico de regularização fundiária.

§ 1º A AOP consiste em um diagnóstico da situação urbanística da área na qual está situado o núcleo urbano informal de acordo com a legislação urbanística e ambiental do Município de Fortaleza e com os parcelamentos aprovados pela municipalidade, indicando as diretrizes mínimas a serem observadas pelo projeto de regularização fundiária e a necessidade de estudos técnicos ambientais para a área.



Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 2º Em Reurb-E, o legitimado requerente será notificado para pagar a taxa de serviços para análise e emissão da AOP pela Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA).

§ 3º Em núcleos urbanos informais classificados como Reurb-S, não haverá necessidade de pagamento da taxa de serviços mencionada no § 2º.

Art. 98. A Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), caso julgue necessário, poderá notificar o requerente, preferencialmente por meio eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, complementar a documentação apresentada ou sanar outros vícios eventualmente existentes.

Parágrafo único. O não atendimento à intimação acarretará o imediato arquivamento do feito, dando-se baixa no processo respectivo.

Art. 99. Na Reurb inserida em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), na existência de Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), deverão ser observadas as diretrizes urbanísticas e ambientais indicadas no plano de regularização fundiária, compatibilizando os instrumentos e as propostas de intervenção constantes do PIRF.

Parágrafo único. Na hipótese em que a Reurb esteja situada, total ou parcialmente, em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que não possuem Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), será comunicado ao Fórum da ZEIS, que poderá se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 100. Após a conclusão da análise, o legitimado requerente será cientificado para elaboração do projeto de regularização fundiária, que deverá seguir as diretrizes mínimas indicadas na AOP.

Parágrafo único. Em núcleos urbanos informais classificados como Reurb-S, a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) encaminhará a AOP diretamente à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), para elaboração do projeto de regularização fundiária.

Seção IX

Da Elaboração do Projeto de Regularização Fundiária

Art. 101. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo:

I — levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II — planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III — estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

IV — projeto urbanístico;

V — memoriais descritivos;

VI — proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

VII — estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;

VIII — estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;

IX — cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver;

X — termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

§ 1º Na regularização de núcleo urbano informal que já possua a infraestrutura essencial implantada e para o qual não haja compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados, fica dispensada a apresentação do cronograma físico e do termo de compromisso previstos nos incisos IX e X do *caput*.

§ 2º Na hipótese a que se refere o § 1º, constará da CRF que o núcleo urbano regularizado possui a infraestrutura essencial definida nesta Lei e que não existem compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

§ 3º O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

§ 4º Na Reurb-S, cabe à concessionária ou à permissionária de serviços públicos, mediante provocação da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), a elaboração do cronograma físico de implantação da infraestrutura essencial e a assinatura do termo de compromisso para cumprimento do cronograma.

§ 5º As obras de implantação de infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, bem como sua manutenção, podem ser realizadas antes, durante ou após a conclusão da Reurb, segundo o cronograma de obras e serviços aprovados junto do projeto de regularização fundiária.

§ 6º O projeto de regularização fundiária deverá ser assinado por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação da ART no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura ou da RRT no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

Art. 102. O memorial descritivo do núcleo urbano informal conterá, no mínimo:

I — a descrição do perímetro do núcleo urbano com coordenadas georreferenciadas, com indicação resumida de suas características;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

II — a descrição técnica das unidades imobiliárias, do sistema viário e das demais áreas públicas que compunham o núcleo urbano informal;

III — a enumeração e a descrição dos equipamentos urbanos comunitários e dos prédios públicos existentes no núcleo urbano informal e dos serviços públicos e de utilidade pública que integrarão o domínio público com o registro da regularização; e

IV — quando se tratar de condomínio, as descrições técnicas, os memoriais de incorporação e os demais elementos técnicos previstos na Lei Federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 103. A Reurb poderá ser subdividida em etapas, de acordo com a complexidade das ações de intervenção indicadas no projeto de regularização fundiária, podendo incluir o núcleo urbano informal de forma parcial ou total.

Parágrafo único A regularização em etapas obedecerá a seguinte ordem de prioridade, de acordo com as características do núcleo urbano informal:

I — As unidades imobiliárias em que a Reurb seja meramente titulatória, que prescindem de intervenção urbanística ou de obras para implementação da infraestrutura essencial;

II — As unidades imobiliárias em que sejam necessárias intervenções urbanísticas de pequena complexidade indicadas no projeto de regularização fundiária;

III — As unidades imobiliárias em que sejam necessárias intervenções urbanísticas de maior complexidade e obras para implementação da infraestrutura essencial;

IV — As unidades imobiliárias que estejam pendentes de reassentamento, conforme indicado no projeto de regularização fundiária; e

V — As unidades imobiliárias sobre as quais versam controvérsia jurídica que retardam ou inviabilizam o processamento da Reurb.

Art. 104. O projeto urbanístico de regularização fundiária indicará, no mínimo:

I — as áreas ocupadas, o sistema viário e as unidades imobiliárias existentes e projetadas;

II — as unidades imobiliárias, edificadas ou não, a serem regularizadas, as suas características, a área dos lotes e da edificação, as confrontações, a localização, o nome do logradouro e o número da designação cadastral, se houver;

III — quando for o caso, as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;

IV — logradouros, os espaços livres, as áreas destinadas aos edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

V — as áreas já usucapidas;



Coordenadoria das Comissões Técnicas

VI — as medidas de adequação para a correção das desconformidades, quando necessárias;

VII — as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da realocação de edificações;

VIII — as obras de infraestrutura essenciais, quando necessárias; e

IX — outros requisitos que sejam definidos na Análise de Orientação Prévia (AOP).

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

I — sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;

II — sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;

III — rede de energia elétrica domiciliar;

IV — soluções de drenagem, quando necessárias; e

V — outros equipamentos a serem definidos pelo Município, em função das necessidades locais e das características regionais.

§ 2º As áreas já usucapidas referidas no inciso VI do *caput* constarão do projeto de regularização fundiária com a área constante na matrícula ou na transcrição e com a observação de se tratar de unidade imobiliária já registrada e oriunda de processo de usucapião e a nova descrição técnica georreferenciada da unidade imobiliária deverá ser averbada na matrícula existente.

Art. 105. Na Reurb-E, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) deverá definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela:

I — implantação dos sistemas viários;

II — implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e

III — implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso;

I — implementação das medidas constantes do Plano Municipal de Caminhabilidade.

§ 1º As responsabilidades de que trata o *caput* deste artigo poderão ser atribuídas aos beneficiários da Reurb-E.

§ 2º Os responsáveis pela adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental deverão celebrar termo de compromisso com as autoridades competentes como condição de aprovação da Reurb-E.



CÂMARA MUNICIPAL DE **FORTALEZA**

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Art. 106. A partir da disponibilidade de equipamentos e infraestrutura para prestação de serviço público de abastecimento de água, coleta de esgoto, distribuição de energia elétrica, ou outros serviços públicos, é obrigatório aos beneficiários da Reurb realizar a conexão da edificação que ocupem à rede de água, de coleta de esgoto ou de distribuição de energia elétrica e adotar as demais providências necessárias à utilização do serviço.

Parágrafo único. Na Reurb-S, o Município poderá, caso verificado o interesse público, realizar a conexão das edificações aos serviços de infraestrutura urbana implantados.

Art. 107. Para que seja aprovada a Reurb de área de núcleos urbanos informais, ou de parcela dela, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, será elaborado o estudo técnico para situação de risco a que se refere o inciso VII do *caput* do art. 92, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela afetada.

Parágrafo único. O estudo técnico de que trata este artigo será elaborado por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação da ART, ou de documento equivalente, quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

Art. 108. O estudo técnico ambiental será obrigatório somente para as parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de preservação permanente, nas zonas de preservação ambiental (ZPA), nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais e poderá ser feito em fases ou etapas, de modo que a parte do núcleo urbano informal não afetada pelo estudo poderá ter seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente.

§ 1º Na Reurb-S, quando houver estudo técnico ambiental, este deverá comprovar que as intervenções da regularização fundiária implicam a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior com a adoção das medidas nele preconizadas e deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos previstos no art. 64 da Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012:

- I — caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada;
- II — especificação dos sistemas de saneamento básico;
- III — proposição de intervenções para a prevenção e o controle de riscos geotécnicos e de inundações;
- IV — recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;
- V — comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos, a não ocupação das áreas de risco e a proteção das unidades de conservação, quando for o caso;
- VI — comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta; e



**CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Coordenadoria das Comissões Técnicas

VII — demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos d'água, quando couber.

§ 2º Na Reurb-E, quando houver estudo técnico ambiental, este deverá comprovar que as intervenções da regularização fundiária implicam a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior com a adoção das medidas nele preconizadas e deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos previstos no art. 65 da Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012:

I — caracterização físico-ambiental, social, cultural e econômica da área;

II — identificação dos recursos ambientais, dos passivos e das fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área;

III — especificação e a avaliação dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, além de outros serviços e equipamentos públicos;

IV — identificação das unidades de conservação e das áreas de proteção de mananciais na área de influência direta da ocupação, sejam elas águas superficiais, sejam subterrâneas;

V — especificação da ocupação consolidada existente na área;

VI — identificação das áreas consideradas de risco de inundações e de movimentos de massa rochosa, tais como deslizamento, queda e rolamento de blocos, corrida de lama e outras definidas como de risco geotécnico;

VII — indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da área de preservação permanente com a proposta de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;

VIII — avaliação dos riscos ambientais;

IX — comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habitabilidade dos moradores a partir da regularização; e

X — demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos d'água, quando couber.

§ 3º Em áreas definidas como unidades de conservação de proteção integral criadas pelo Município de Fortaleza, pelo Estado do Ceará ou pela União, na forma indicada na Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, não será admitida a regularização fundiária.

Art. 109. Após sua elaboração, o projeto urbanístico e os estudos ambientais da área objeto da Reurb deverão ser apresentados perante a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), a quem compete o Aprove Urbanístico e Ambiental do projeto de regularização fundiária.

§ 1º Caso conclua pela aprovação do projeto urbanístico e das soluções ambientais propostas, a Secretaria emitirá parecer técnico comunicando a aprovação das plantas apresentadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 2º A Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), caso julgue necessário, poderá notificar o requerente, por meio eletrônico, para, no prazo de 30 (trinta) dias, complementar ou modificar o projeto urbanístico, adequando-o às diretrizes informadas na AOP, sob pena de arquivamento do feito.

§ 3º O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, em decisão fundamentada, em razão da complexidade das adequações técnicas solicitadas.

Art. 110. Comprovado por meio do estudo técnico que as intervenções de regularização fundiária em núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de unidade de conservação de uso sustentável implicam a melhoria das condições ambientais, a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) deverá comunicar ao órgão gestor da unidade para que manifeste sua anuência com a Reurb no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do protocolo da solicitação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que devidamente justificado.

Parágrafo único. Na hipótese de recusa à anuência a que se refere o *caput* deste artigo pelo órgão gestor da unidade, este emitirá parecer, técnico e legalmente fundamentado, que justifique a negativa para realização da Reurb.

Art. 111. Em núcleos urbanos informais situados em área de risco geotécnico, de inundações ou de outros riscos especificado em lei, o estudo técnico será encaminhado à Defesa Civil do Município de Fortaleza, que emitirá parecer sobre a dimensão do risco, a possibilidade de eliminação dos riscos por meio de intervenção técnica e a necessidade de realocação dos ocupantes, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 112. Emitido o Aprove Urbanístico e Ambiental, no caso da Reurb-E, a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) encaminhará o processo administrativo a Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF) para fins de cálculo dos valores das compensatórias urbanísticas e ambientais devidas.

§ 1º Apresentados os cálculos pela Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF), a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) notificará o legitimado requerente, preferencialmente por meio eletrônico informado no requerimento, para que se manifeste sobre os valores calculados e a forma de pagamento no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Caso o legitimado requerente apresente impugnação aos valores calculados, a Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) encaminhará a manifestação para a Secretaria Municipal da Infraestrutura (SEINF), que emitirá parecer sobre a procedência ou não da impugnação.

§ 3º Emitido o parecer, os valores calculados serão corrigidos, quando necessário, e o legitimado requerente notificado para efetuar o pagamento do valor total ou iniciar o pagamento das parcelas no prazo de 15 (quinze) dias.



Art. 113. Encerrada a fase de Aprovo Urbanístico e Ambiental, o processo administrativo será remetido à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), que analisará os demais documentos integrantes do projeto de regularização fundiária.

§ 1º A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR), caso julgue necessário, poderá notificar o requerente, por meio eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, complementar ou modificar as informações constantes do projeto de regularização fundiária, sob pena de arquivamento do feito.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, em decisão fundamentada, em razão da complexidade das adequações técnicas solicitadas.

Art. 114. A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) elaborará o termo de compromisso, que deverá ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, e por todas as Secretarias envolvidas na execução de suas obrigações.

§ 1º O termo de compromisso deverá conter todas as obrigações relacionadas com a Reurb, dispondo sobre o cronograma de obras para implantação da infraestrutura essencial, cronograma das etapas da regularização fundiária, a forma de pagamento das compensações urbanísticas e ambientais e do justo valor do imóvel, quando houver, a regularização da edificação, dentre outras responsabilidades atribuídas no âmbito da regularização fundiária.

§ 2º O termo de compromisso será assinado, também, por duas testemunhas, de modo a formar título executivo extrajudicial na forma estabelecida no inciso III do caput do art. 784 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

§ 3º Na Reurb-E, os responsáveis pela implementação da infraestrutura essencial prevista no Termo de Compromisso deverão apresentar garantias reais ou fidejussórias para fins de cumprimento das obrigações firmadas.

Seção X

Da Aprovação ou Indeferimento do Projeto de Regularização Fundiária

Art. 115. Após o saneamento do processo administrativo, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) decidirá sobre a aprovação do projeto de regularização fundiária em despacho final subscrito pelo Secretário (a) titular ou servidor por ele delegado em ato próprio, que deverá:

- I — aprovar o projeto de regularização fundiária resultante da Reurb;
- II — indicar as intervenções a serem executadas, se for o caso, conforme o projeto de regularização fundiária aprovado; e
- III — identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada e os seus direitos reais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 1º As intervenções previstas no inciso II do *caput* consistem em obras de implantação da infraestrutura essencial, serviços públicos e compensações urbanísticas e ambientais, dentre outras.

§ 2º Na hipótese de constituição de direitos reais feita por título individual, a autoridade competente fica dispensada do cumprimento do disposto no inciso III do *caput*.

Art. 116. Caso conclua pela aprovação do projeto de regularização fundiária, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) publicará extrato da decisão no Diário Oficial do Município, dando a devida publicidade ao ato.

Art. 117. O indeferimento do projeto de regularização fundiária será técnica e legalmente fundamentado, de modo a permitir, quando possível, a reformulação do referido projeto e a reavaliação do pedido de aprovação.

Parágrafo único. Indeferido do projeto de regularização fundiária, o legitimado requerente poderá recorrer da decisão no prazo de 15 (quinze) dias perante a HABITAFOR.

Seção XI

Da Emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF)

Art. 118. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o documento que materializa a aprovação da Reurb, que acompanhará o Projeto de Regularização Fundiária, e deverá conter:

- I — o nome e a localização do núcleo urbano;
- II — a modalidade da Reurb utilizada;
- III — o número de lotes do núcleo urbano informal objeto de regularização;
- IV — a indicação da existência de infraestrutura essencial;
- V — a indicação dos responsáveis pela execução das obras e serviços constantes do cronograma, se for o caso;
- VI — a indicação numérica de cada unidade regularizada e da edificação existente, quando possível.

§ 1º A CRF, na hipótese de Reurb somente para titulação final dos beneficiários de núcleos urbanos informais já registrados junto ao cartório de registro de imóveis, dispensa a apresentação do projeto de regularização fundiária aprovado.

§ 2º A CRF deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- I — Projeto de Regularização Fundiária;
- II — Despacho final de aprovação do Projeto de Regularização Fundiária, devidamente publicado no Diário Oficial do Município;



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

III — Listagem de titulação dos beneficiários com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a filiação, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas da Receita Federal e do registro geral da cédula de identidade, quando for o caso.

Seção XII

Registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o Cartório de Registro de Imóveis

Art. 119. O registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e do projeto de regularização fundiária aprovado será realizado pelo legitimado requerente perante o oficial do Cartório de Registro de Imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público.

Parágrafo único. Na Reurb-S, o registro de que trata o *caput* deste artigo será requerido diretamente pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 120. Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive escalas adotadas e outros detalhes técnicos serão consideradas atendidas com a emissão da CRF.

Art. 121. Com o registro da CRF, serão incorporados automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, na forma indicada no projeto de regularização fundiária aprovado.

Parágrafo único. A CRF conterá o requerimento do Município ao oficial de registro de imóveis para abrir as matrículas das áreas que tenham ingressado no domínio público.

Art. 122. As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb terão as suas matrículas abertas em nome do titular originário do domínio da área.

CAPÍTULO V

DA REGULARIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Art. 123. Serão regularizados como conjuntos habitacionais os núcleos urbanos informais que tenham sido constituídos para a alienação de unidades já edificadas pelo próprio empreendedor, público ou privado.

§ 1º Os conjuntos habitacionais podem ser constituídos de parcelamento do solo com unidades edificadas isoladas, parcelamento do solo com edificações em condomínio, condomínios horizontais ou verticais, ou ambas as modalidades de parcelamento e condomínio.

§ 2º As unidades resultantes da regularização de conjuntos habitacionais serão atribuídas aos ocupantes reconhecidos, salvo quando o ente público promotor do



programa habitacional demonstrar que, durante o processo de regularização fundiária, há obrigações pendentes, caso em que as unidades imobiliárias regularizadas serão a ele atribuídas.

Art. 124. Para a aprovação e registro dos conjuntos habitacionais que compõem a Reurb ficam dispensadas a apresentação do habite-se e, no caso de Reurb-S, as respectivas certidões negativas de tributos e contribuições previdenciárias.

CAPÍTULO VI

DA REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÃO

Art. 125. Para fins de regularização da edificação situada em unidade imobiliária objeto de Reurb, o Município flexibilizará os parâmetros urbanísticos estabelecidos pela legislação municipal, nos termos do projeto urbanístico aprovado, com vistas a salvaguardar a situação fática preexistente e a harmonia urbana.

Art. 126. Na Reurb-S serão registrados, concomitantemente, o lote ou fração ideal integrante do núcleo urbano informal e a edificação nele existente, podendo a averbação das edificações ser efetivada a partir de mera notícia, a requerimento do interessado, da qual conste a área construída e o número da unidade imobiliária, dispensada a apresentação de habite-se e das certidões negativas de tributos e de contribuições previdenciárias.

§ 1º Faculta-se ao beneficiário da Reurb-S, solicitar individualmente a regularização da edificação após a abertura da matrícula do imóvel e a averbação da edificação.

§ 2º Os imóveis de que trata *caput* serão isentos do valor total da medida compensatória em favor do Município de Fortaleza.

§ 3º Para a regularização da edificação pelo beneficiário da Reurb-S, é indispensável a comprovação de que o imóvel possui condições mínimas de habitabilidade e segurança estrutural, por meio de laudo técnico.

§ 4º Na hipótese do § 3º, verificando-se a ausência de condições mínimas de habitabilidade na edificação, os beneficiários da Reurb-S poderão buscar os serviços de assistência técnica gratuita, na forma da Lei Federal n.º 11.888, de 24 de dezembro de 2008, com a finalidade de propor melhorias habitacionais.

Art. 127. Na Reurb-E será regularizado prioritariamente o lote ou fração ideal integrante do núcleo urbano informal, devendo o beneficiário, após a abertura da matrícula da unidade imobiliária, providenciar a regularização da edificação junto à SEUMA, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, na forma fixada em Termo de Compromisso firmado com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR).

§ 1º A regularização da edificação seguirá o rito procedimental definido na Lei n.º 270, de 02 de agosto de 2019 – Código da Cidade, e no Decreto Municipal n.º 14.563, de 19 de dezembro de 2019, ou em outra norma que o suceder, e observará os parâmetros definidos no projeto urbanístico.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 2º Na hipótese de inobservância do prazo definido no Termo de Compromisso para a regularização da edificação, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) notificará o proprietário, beneficiário da Reurb, para que dê cumprimento ao compromisso firmado no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Caso o beneficiário da Reurb-E se mantenha inerte mesmo após a notificação de que trata o § 2º deste artigo, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) deverá comunicar o descumprimento à Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) e à Procuradoria-Geral do Município (PGM) para que adotem as providências cabíveis, com a aplicação de medidas coercitivas.

§ 4º No caso de unidades não habitacionais, descumprido o § 2º, será cassado o alvará de funcionamento e a atividade será interdita.

Art. 128. Não sendo possível a intervenção física para adequação da edificação aos parâmetros urbanísticos flexibilizados para a Reurb-E, será possível a regularização da edificação por meio do pagamento de medida compensatória ao Município de Fortaleza.

§ 1º Serão isentos do pagamento da medida compensatória prevista no *caput* deste artigo todos os imóveis com uso residencial regularizados através da Reurb, independentemente da renda familiar.

§ 2º Os imóveis destinados à atividade exercida pelo Microempreendedor Individual (MEI) serão dispensados do pagamento de medida compensatória em favor do Município de Fortaleza.

§ 3º Os imóveis com uso comercial e/ou prestação de serviço classificados como microempresas ou empresas de pequeno porte de acordo com a Lei Federal Complementar n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), classificados como projeto técnico simplificado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e em funcionamento, terão redução de 50% (cinquenta por cento) do valor total da medida compensatória calculada em favor do Município.

§ 4º Para os imóveis destinados a atividades religiosas, assistenciais ou sociais pertencentes a entidades religiosas, entidades sem fins lucrativos e sociedades cooperativas beneficiárias da Reurb, na forma desta Lei, é facultada como medida compensatória a oferta de serviços gratuitos ou desenvolvimento de projetos alinhados com as diretrizes das políticas sociais e socioambientais do Município.

Art. 129. Nos termos do art. 247-A da Lei Federal n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Público, fica dispensado habite-se para a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 130. Poderão ser regularizados os núcleos urbanos informais envolvidos em demanda judicial que verse sobre direitos reais de garantia ou constrições judiciais.



bloqueios e indisponibilidades, ressalvada a hipótese de decisão judicial específica que impeça a análise, a aprovação e o registro do projeto de regularização fundiária urbana.

Art. 131. As unidades imobiliárias situadas em imóveis públicos que não estejam inseridos em núcleos urbanos informais e cuja regularização fundiária não seja possível por meio desta Lei, poderão ser adquiridas por meio do procedimento previsto na Lei Ordinária n.º 10.953, de 06 de novembro de 2019.

Art. 132. Para a análise preliminar do pedido de instauração do procedimento administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Específico (Reurb-E) perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) haverá a cobrança de taxa de expediente e serviços diversos, na forma definida no Código Tributário Municipal.

§ 1º Pela presente Lei, fica incluído o serviço de análise preliminar do pedido de instauração do procedimento administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Específico (Reurb-E) na TABELA II, do ANEXO II do Código Tributário Municipal (Lei Complementar n.º 159, de 26 de dezembro de 2013).

§ 2º A taxa de serviços mencionada no *caput* deste artigo terá o valor unitário de R\$ 84,36 (oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos) por projeto.

Art. 133. O Município de Fortaleza poderá utilizar-se dos produtos e das peças técnicas apresentadas no processamento da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) sem qualquer ônus para o ente público.

Parágrafo único. O particular fica ciente que a utilização das peças técnicas não implica o pagamento de qualquer contraprestação pelo Município de Fortaleza.

Art. 134. Esta Lei será regulamentada, naquilo que couber, por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 135. Nos casos omissos, deverão ser aplicadas subsidiariamente as disposições da Lei Federal n.º 13.465/2017.

Art. 136. Os processos administrativos de regularização fundiária em andamento na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR) serão convertidos ao procedimento previsto nesta Lei e classificados em Reurb-S ou Reurb-E, considerando-se os elementos e informações já existentes.

Parágrafo único. Ficam validados os atos já praticados antes da vigência desta Lei nos processos administrativos de Reurb pelo Poder Público Municipal, regidos pela Lei Federal n.º 13.465/2017 e pelo Decreto Federal n.º 9.310/2018.

Art. 137. Na aplicação da Reurb, além das normas previstas nesta Lei poderão ser utilizados os demais instrumentos e normas previstas na legislação federal específica vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Art. 138. O Poder Público Municipal deverá definir, por meio de ato do Poder Executivo Municipal, um plano estratégico de regularização fundiária para o Município de Fortaleza, definindo as áreas prioritárias para regularização por meio da Reurb.

Parágrafo único. O Município priorizará as áreas caracterizadas como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstas no Plano Diretor Municipal, para fins de regularização fundiária urbana de interesse social (Reurb-S).

Art. 139. O Município de Fortaleza deverá desenvolver uma plataforma virtual para acesso e acompanhamento dos processos administrativos da Reurb, conferindo maior transparência aos atos do Poder Público e o controle pela sociedade civil.

Parágrafo único. A plataforma virtual deverá disponibilizar, de forma simplificada, informações sobre o requerimento e o processamento da Reurb perante o Município de Fortaleza e dados informatizados sobre a política de regularização fundiária urbana no Município.

Art. 140. Para fins da Reurb, fica dispensada a desafetação dos bens públicos imóveis municipais ocupados até 22 de dezembro de 2016, inseridos em núcleos urbanos informais.

Art. 141. Fica autorizada, por decreto do chefe do Poder Executivo, a desafetação de bens públicos inseridos em núcleos urbanos informais ocupados após 22 de dezembro de 2016 até a data da publicação desta Lei, que passarão a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, com a finalidade de efetivar o processo de regularização fundiária.

Art. 142. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 143. A receita obtida com a aquisição onerosa de direitos reais e com as compensatórias urbanísticas e ambientais em REURB-E integralizará o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e será destinada a viabilizar os processos de regularização fundiária dos núcleos urbanos informais classificados como REURB-S e as obras de infraestrutura essencial a serem realizadas pelo Município no âmbito destes núcleos.

Art. 144. Em núcleos urbanos informais consolidados até a data da publicação desta Lei, assim reconhecidos através de parecer técnico da Habitafor, será possível o licenciamento de atividades e empreendimentos localizados em logradouros ou bens públicos através do alvará de funcionamento precário.

§ 1º Instaurada a REURB e regularizado o lote, o interessado deverá proceder a regularização de sua atividade ou empreendimento por meio do alvará de funcionamento regular.

§ 2º Não sendo instaurada a Reurb e havendo interesse público na retomada do bem, o Município, a qualquer momento, poderá revogar o alvará de funcionamento precário e adotar as providências cabíveis para a retomada do bem.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA**

Coordenadoria das Comissões Técnicas

§ 3º Para fins de obter o alvará de funcionamento precário, as atividades deverão atender aos critérios urbanísticos de adequação à via e à zona.

§ 4º A adequabilidade somente será dispensada para as atividades e empreendimentos comprovadamente já instalados até 11 de agosto de 2017.

Art. 145. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. Revoga-se expressamente a Lei Municipal n.º 10.639, de 06 de dezembro de 2017, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia – CUEM e Permissão de Uso de imóveis públicos, construídos ou adquiridos no âmbito da Política Habitacional de Interesse Social de Fortaleza.

**COORDENADORIA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2022**



Presidente